

Quinta do Anjo, Casa de Palmela

CECÍLIA MATOS

cecilia@nuvem42.com

Resumo

A aldeia de Quinta do Anjo surgiu em torno do morgado da quinta da Fonte do Anjo e o facto de ter tido múltiplos topónimos até ao início do séc. XX, apesar de existir, pelo menos, desde o séc. XVII, demonstra alguma falta de interesse político e de projeção exterior. Por outro lado, o morgado que teve início com uma quinta herdada por Ana Mendes casada com Francisco Coelho Cardoso, um fidalgo ligado à Ordem de Santiago, está na origem de um dos ramos menos conhecidos da genealogia do Duque de Palmela e é, precisamente, o que dá o mote ao título. Após a extinção dos morgados a quinta foi arrendada por lavradores locais e, em 1934 foi vendida à SAPEC, propriedade de António Velge, um industrial belga, muito influente em Setúbal.

Palavras-chave:

Aldeia de Quinta do Anjo, morgado da Quinta da Fonte do Anjo, genealogia da Casa de Palmela, Duque de Palmela, Pedro de Sousa Holstein, SAPEC.

Abstract

The village of Quinta do Anjo grew around the morgado of quinta da Fonte do Anjo and the fact that the village has had different names, inspite of existing since the XVII century, shows a lack of political interest. On the other end, the morgado created Ana Mendes and his husband Francisco Coelho Cardoso, a noble conneted to the Ordem de Santiago, are the least known branches of the Duque the Palmela geneology but it's the one that gives the name to the title. After the end of the morgados, the farm was rented to a local rich family and, in 1934, was sold to SAPEC, own by Antoine Velge, a belgian industrial, very influent in Setúbal.

Key concepts:

Quinta do Anjo village, morgado de Quinta do Anjo, Casa Palmela genealogy, Duke of Palmela, Pedro de Sousa Holstein, SAPEC.

Introdução

Este artigo pretende contribuir com elementos para a compreensão da história do morgado da quinta da Fonte do Anjo e do surgimento da aldeia de Quinta do Anjo. Como seria a relação entre estes dois pólos que partilhavam a mesma área geográfica?

O morgado, propriedade da família conhecida como os *Coelhos de Palmela* passou, em 1702 para o ramo dos *Sousas do Calhariz* por falta de descendência da 5.^a morgada. Em anexo, um conjunto de árvores genealógicas ilustram estas famílias.

Quanto à aldeia, a falta de uniformidade no topónimo ao longo dos séculos, a falta de interesse político ou qualquer outra razão ainda por clarificar, levou a que a identidade da povoação fosse diluída, e confundida com a história de Palmela. Será apenas, durante a segunda metade do séc. XX que a aldeia se emancipa de Palmela ao nível da projeção nacional.

Metodologia

Na abordagem a estes temas, recorreu-se à documentação recolhida pelo Dr. António Fortuna, encontrada no Fundo Fortuna, em depósito na Biblioteca Municipal de Palmela, à escassa bibliografia existente sobre ambos assuntos, à análise de cartas geográficas e, para unir os

factos, arriscou-se algumas suposições devidamente assinaladas. Embora existam algumas publicações sobre a Casa de Palmela, e em particular sobre os Duques de Palmela, a referência ao morgado da Fonte do Anjo é sempre muito sumária.

Nota inicial: para diferenciar a aldeia da quinta, usa-se Quinta do Anjo com maiúscula para a povoação e quinta da Fonte do Anjo para a herdade.

1. A quinta do Anjo?

No final do séc. XV, D. João II doou a Álvaro de Barros, porteiro régio da câmara do rei, uma herdade em Palmela que, à época, foi avaliada em 3\$500rs (COSTA, 2016, p. 678). Pouco tempo depois a mesma propriedade foi vendida a João Afonso Moscacho, morador em Palmela, que por sua vez vendeu-a a Afonso Mendes, juiz na mesma vila. No entanto, numa carta régia data de 15 de agosto de 1491, D. João II declara que essa venda terá sido ilegal e Rodrigo Afonso Moscacho, vereador em Palmela, requer a devolução da propriedade.

Sabe-se que João Afonso Moscacho terá vivido, pelo menos entre 27.6.1484 e 18.5.1491, que surge mencionado na documentação da época por se ter envolvido em zaragatas e ter deixado fugir uma

prisioneira, mas sobre a ilegalidade da venda da herdade, os registos não nos dão quaisquer informação.

Terá sido esta propriedade a que mais tarde viemos a conhecer como quinta da Fonte do Anjo? Não há provas, mas sabe-se que, pouco tempo depois, Afonso Mendes é efetivamente proprietário de uma quinta no termo de Palmela, que será herdada por Isabel Afonso, sua filha e que, por sua vez, a deixa à sua filha Catarina Mendes que a divide pelos seus descendentes (A.G. 1).

Após o casamento de Ana Mendes, filha de Catarina Mendes, com Francisco Coelho Cardoso, Secretário nos Capítulos Gerais e visitador da Ordem de Santiago, (A.G. 2) é instituído a 11 de outubro de 1558 a *Capela e Morgado* da quinta da Fonte do Anjo¹. Será este o casal que dará origem à família conhecida como os *Coelhos de Palmela*.

Ainda em vida, Francisco Coelho Cardoso entrega a gestão do morgado ao seu filho mais velho, Pedro Coelho Cardoso e, nos anos seguintes, dedica-se a aumentar esse património. No dote de casamento do filho com Maria de Melo, herdeira do morgado dos Olivais (Lisboa), dá-lhe *uma quintaã de vinhas de val de galinhas e*

as terras que estão pegadas como dito casal.

Catarina Mendes, em testamento assinado a 21 de junho de 1560, deixa a sua parte da propriedade *para que ande sempre juntamente na pessoa que herdar a fazenda e terras que são da capela e morgado (Fundo Fortuna).*

A 31 de outubro de 1565, Francisco Coelho Cardoso, já viúvo, faz uma doação ao morgado de terras que comprou em redor da propriedade original – *umas courelas de terra de pão, oliveira e zambujal*, situadas na serra do Louro.

Dois anos depois é a vez de ser assinada outra doação, desta vez feita por António Mendes (A.G. 1), frei da Ordem de Santiago, da sua terra no Louro, junto ao Casal do Pardo, que recebeu em herança de sua avó Catarina Mendes. António Mendes justifica assim a sua decisão: *por a dita terra assim estar conjunta à dita quinta e escusar diferenças que poderia haver, (...) e assim havendo respeito ao amor e afeição que a dita sua tia (Ana Mendes) lhe tinha, e as boas obras que tinha recebido do dito Francisco Coelho e de seus filhos, e por ele desejar que a dita quinta se alargue.*

¹ Instituição do morgado da Fonte do Anjo. 1572/ 1736. Portugal, Torre

do Tombo, Casa Palmela, cx. 38.

A 3 de junho de 1567 é a vez Isabel Coelha (A.G. 2), irmã de Pedro Coelho Cardoso, freira em Montemor-o-Velho, assinar o seu próprio testamento (com apenas 15 anos de idade) declarando que ela e as suas irmãs, também freiras, doavam ao morgado, de livre vontade, os terrenos que lhes couberam em herança por morte da mãe, Ana Mendes.

A última doação ao morgado seria feita a 9 de novembro de 1611, por Úrsula de Alvarenga (A.G. 1 e 4) a Manuel Coelho de Melo, 3.º morgado. Úrsula, além de ser sua tia-avó, irmã de Ana Mendes, será também a sua terceira esposa e deixa-lhe as terras que recebera de sua mãe, Catarina Mendes. Fica assim, de novo reunida a herdade que outrora fora comprada por Afonso Mendes.

No início do séc. XVII a propriedade deveria estender-se desde S. Brás, subindo e prolongando-se pela encosta norte da serra do Louro desde o Alto da Queimada até à Silveira e descendo para a zona plana da Vinha da Bicha, Vale de Galinhas e Vale de Alhos (imagem 1).



Imagem 1 Casa de Fresco dentro da qual se encontra a Fonte do Anjo.
Foto do autor, agosto 2020.

2. A Fonte do Anjo

A fonte que deu o nome à quinta e mais tarde à aldeia, é uma das várias ainda existentes na encosta norte da serra do Louro, mas esta, ao contrário das outras, tem a particularidade de ter uma lenda associada e uma Casa de Fresco. Este pequeno abrigo tem no seu interior, sobre a fonte, uma inscrição em latim com esta data 1568, o que prova ser a segunda construção mais antiga, conhecida, da aldeia, a seguir aos hipogeus paleolíticos do Casal do Pardo.

A fonte é conhecida localmente por Fonte do Anjo, mas não consta do inventário das fontes do Louro e Palmela na documentação do Tombo de Palmela (COSTA, 2016, p. 480). Seria conhecida por outro nome?

Não se sabe.

A Casa de Fresco, situada perto do solar, terá sido construída já durante a administração do 2.º morgado, Pedro Coelho Cardoso, mas o estilo barroco não encontra paralelo nas outras construções da quinta, todas as outras são de estilo rural, com exceção da capela.

Segundo a obra *Palmela histórico-artística* (SERRÃO, MECO, 2007, p. 385) a fonte terá sido alvo de obras durante o séc. XVII e parte de uma escultura representando Neptuno terá sido removida por estar danificada. Os autores põe em causa se alguma vez terá existido, na construção original, a imagem do anjo referido na inscrição latina ou se terá sido a figura de Neptuno mutilada a causar a confusão. O que é certo é que o local sempre foi conhecido por Fonte do Anjo e numa carta desenhada no início do séc. XX, por altura da venda da propriedade vem mesmo a referência à existência de uma gruta do Anjo, situada entre a fonte e o solar (imagem 10).

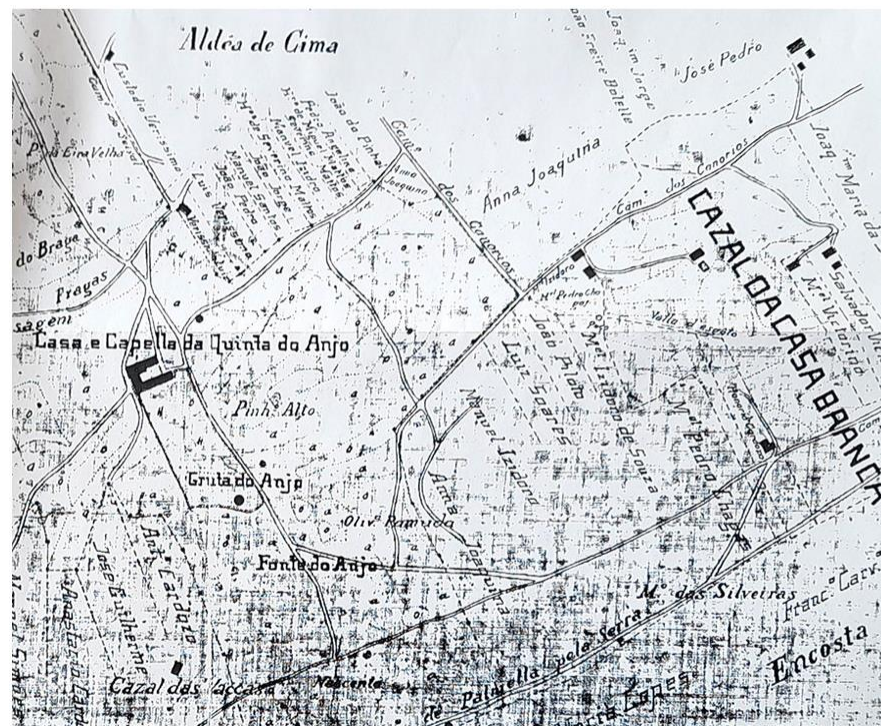


Imagem 10 Excerto da planta da Quinta do Anjo desenhada por altura da venda da quinta à SAPEC. Autoria de Henrique Eugénio Rodrigues.

Quanto à lenda permanece a dúvida: o que surgiu primeiro, a lenda ou a inscrição? O texto foi escrito por já existir no local uma lenda associada à fonte, ou é um mero exercício poético que as gerações seguintes tomaram como sendo uma lenda?

Segue a transcrição do texto original:

*Irar(um) phialam diffudit fontibus olim
Angelus et rubram sanguine fecit aquam.
Ensifer aethereis deiecit sedib(us) hostem,
Fontis adest custos angelus iste tibi.
Sic placitum antiquis tali de nomine fontem
Dicere ne pereat qui bibit eius aquam.*

1568

Que pode ser interpretado como (FORTUNA, 2005, p.116) :

*Um anjo derramou outrora sobre as fontes a taça das iras
e tornou a água rubra com o sangue.*

*O portador da espada afastou o inimigo dos assentos
etéreos, este anjo está presente para ti como guarda da fonte.*

*Assim aprouve aos antigos chamar à fonte com tal nome,
a fim de que não pereça quem bebe da sua água*

1568

Atualmente a fonte não está acessível ao público e faz parte de uma propriedade privada (imagem 1 e 2).

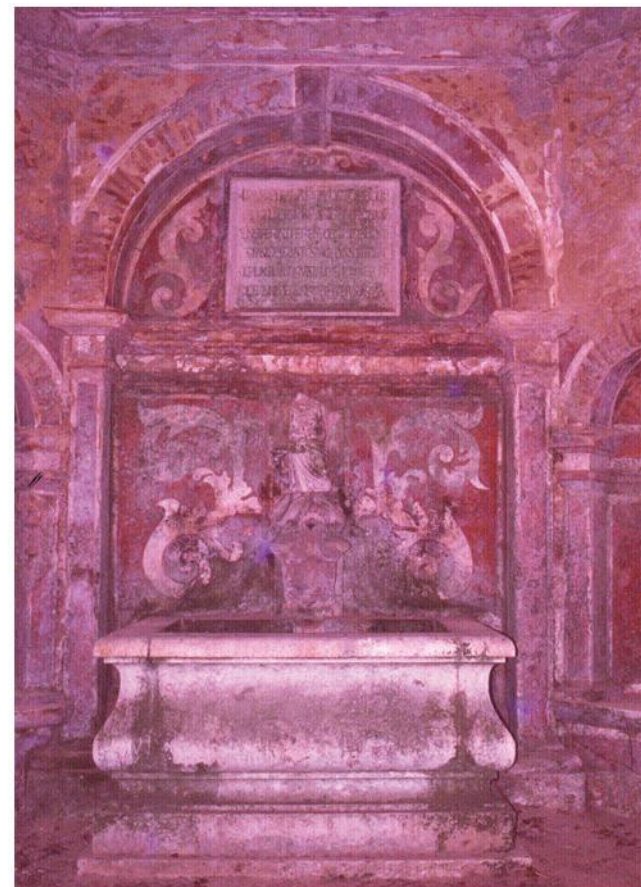


Imagem 2 Fonte do Anjo. Na parede sobre a fonte vê-se a placa gravada em latim.
Foto do autor, janeiro 1995.

3. A construção da capela da quinta da Fonte do Anjo

Foi durante a administração de Francisco Coelho de Melo, o 3.º morgado que, por volta de 1638, a capela da quinta foi finalmente

construída (imagem 6). Durante 80 anos a herdade foi um *morgado e capela sem capela*. A devoção religiosa de Francisco Coelho de Melo fê-lo empenhar-se na construção da capela e transformá-la num local de culto, aberto à população.



Imagem 6 Uma festa no pátio da quinta. Ao fundo a capela e o portão da quinta. Fotos: José Bárcia, c. 1909

Frei Agostinho de Santa Maria descreve-a da seguinte forma: *Acabada e perfeita a obra (...) sucedeu a feliz aclamação do sereníssimo rei D. João o IV, e com este sucesso, quis aquele fidalgo, que se desse à Senhora outro novo título, e que se evocasse a*

Senhora da Redenção, deixando o antigo título que era do Rosário, pois naquele tempo se havia Portugal redimido do cativo de Espanha. (...) Muitos marinheiros pediam à Senhora da Redenção que os livrassem do cativo na Berbéria (zona entre o Mediterrâneo e o Saara) ou os livrasse de serem perseguidos pelos mouros. (...) Tem esta Senhora duas irmandades, uma dos homens do mar da vila de Setúbal (...) e outra a dos homens que vivem nos montes; estes festejam em 10 de agosto (FORTUNA, 2005 p. 95).

Quatro anos depois o mesmo morgado assina uma escritura de “Obrigação” em que se compromete a dar a cada ano 4000reis para a *fabrica de Ermida da Quinta da Fonte do Anjo (Fundo Fortuna)*.

Esta capela foi até 1909, ano da inauguração da igreja da aldeia, o único templo cristão a servir a população local, mas por ser propriedade privada, estava sempre dependente da boa vontade do dono. Um dos mais populares capelães foi o padre Manuel Marques Nabeto que mais tarde irá dar o nome a um bairro próximo de Aires, Palmela.

No final do séc. XIX a população sentia que aquele espaço de culto não era seu e que nem sempre a porta estava aberta ou o padre disponível para os receber. Uma das histórias que se conta diz que,

certo dia, um indivíduo conhecido como *Larau*, fez-se passar por padre, rezando uma missa e dando a comunhão à população. Quando foi desmascarado, sofreu a fúria dos seus vizinhos.

4. As origens da aldeia

A origem da aldeia está por provar, mas uma das hipóteses é que tenha sido formada por um conjunto de casais agrícolas, provavelmente de famílias muçulmanas expulsas de Palmela após a Reconquista Cristã. A suspeita recai no exemplo do que aconteceu em Lisboa, quando após a conquista cristã os campos a norte da cidade, na chamada zona saloia, foram ocupados por agricultores muçulmanos (COUTO, 2000, p. 91).

Na Quinta do Anjo, a falta de templos cristãos anteriores ao séc. XVII², as técnicas de irrigação dos campos agrícolas e até o topónimo popular dado à necrópole neolítica – Covas dos Mouros, sugerem que o lugar tenha sido ocupado por agricultores muçulmanos, empurrados pelos cristãos para fora da vila de Palmela .

É unânime entre os vários documentos consultados, que a aldeia era um conjunto de vários povoados. Nos Registos Paroquiais de S.

Pedro, Palmela, até ao final do século XIX, há referências ao sítio da Aldeia de Cima, Aldeia de Baixo, Vinha da Bicha, Louro, Areias, e outros, contudo o nome dado ao conjunto de povoados foi variando. Nas *Memórias Paroquiais* redigidas em 1758, a aldeia chama-se Aldeia do Pinheiro e tem uma população de 37 vizinhos (famílias). N *Diccionario geografico*, publicado entre 1747-1751, (CARDOSO, 1747, p. 225) chama-se *Aldea dos Pinheiros* e é um *Lugar na Provincia da Estremadura, Patriarcado de Lisboa, Comarca de Setúbal, Termo da Villa de Palmela, da qual dista quase legua e meya ao Poente: tem trinta fôgos, e pertence à Igreja Matriz de S. Pedro da mesma Villa.*

Numa carta militar de 1771, representando as manobras militares que tiveram lugar nos Olhos d'Água em 1767, a povoação surge como Aldeia dos Ladrões e a quinta da Fonte do Anjo como Quartel General de Sua Alteza (imagem 11) – sabe-se que o rei D. José I e o Marquês de Pombal se deslocaram ao local para observarem pessoalmente as manobras.

² A ermida de S. Brás e a capela de S. Gonçalo, distam ambas cerca de 2

quilómetros de distância de Quinta do Anjo.

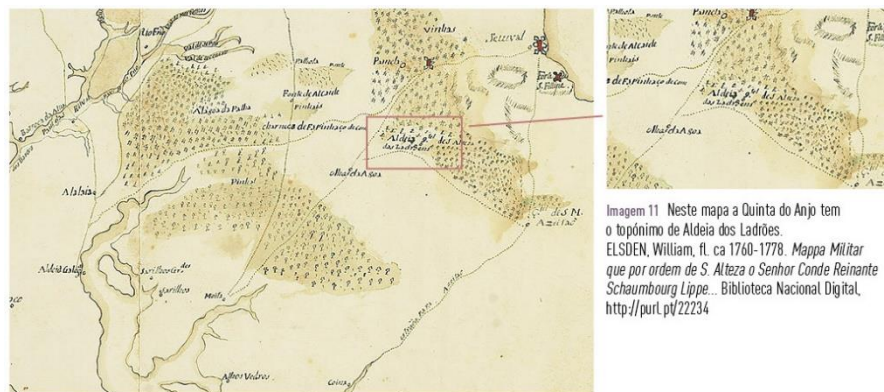


Imagem 11 Neste mapa a Quinta do Anjo tem o topónimo de Aldeia dos Ladrões. ELSDEN, William, fl. ca 1760-1778. *Mappa Militar que por ordem de S. Alteza o Senhor Conde Reinante Schaumbourg Lippe...* Biblioteca Nacional Digital, <http://purl.pt/22234>

Numa carta topográfica militar datada de 1816 (imagem 12) que representa em pormenor os vários povoados, a aldeia surge como *Aldeas de Pinheiros*, a quinta do Anjo é assinalada como a zona da capela e do solar dos morgados e a Serra do Louro é representada como o *Serro dos Anjos*. Como último exemplo, numa outra carta de 1821 é indicada como sendo a Aldeia do Anjo (imagem 13).



Imagem 12 *Aldeas de Pinheiros, Quinta do Anjo e Serro dos Anjos*. Excerto da carta topographica militar do terreno da península de Setubal, 1816, http://www2.ign.es/MapasAbsys.JPG/21-K-9_04.JPG



Imagem 13 Neste mapa é designada de Aldeia do Anjo. LAMOTTE, Guérin de, fl. 1821. *Carte chorographique des environs de Lisbonne*, Biblioteca Nacional Digital, <http://purl.pt/16986>

Em 1780 foi registada uma escritura de aforamento de um “chão” que servisse de local de acolhimento para o *Círio dos Barrios e Louro* no santuário de N.ª Sra. da Atalaia, Montijo (MARQUES, 2005, p. 123). O autor assume que deste Círio fazia parte a população de Quinta do Anjo, uma vez que é reconhecido que a aldeia é uma das mais antigas participantes neste culto. A escritura referida é a mais antiga prova da capacidade de organização da população da aldeia de forma autónoma e independente.

Infelizmente, a confraria não escapou ao decreto assinado por Junot

durante a primeira invasão francesa, a 1 de fevereiro de 1808, que determinava que *todo o ouro e prata de todas as igrejas, Capellas e Confrarias da Cidade de Lisboa, e seu Termo serão conduzidos à Casa da Moeda (...)* e quem desviar objetos *será condemnada a pagar o quadrupulo* (MARQUES, 2005, p. 296). A 5 de março desse mesmo ano a confraria do *Sítio do Louro e Aldeia da Quinta do Anjo* entregou nove marcos e três onças de prata.

Observe-se que, em épocas muito próximas a aldeia é designada de diferentes formas, como se não tivesse um nome oficial, mas a população perante a autoridade apresenta-se como pertencente à *Aldeia de Quinta do Anjo*.

Para as populações das terras vizinhas, os locais eram conhecidos por *montanhões*. Com um caráter pejorativo, ser montanhão era sinónimo de gente rude e ignorante que vivia no montes. No entanto, não sendo a serra do Louro uma montanha, para quem vivia numa extensa planície, as únicas elevações que se avistavam ao longe era mesmo a serra do Louro, a colina de Palmela e a serra de Sintra.

No *Dicionário corográfico do reino de Portugal* da autoria de Agostinho Rodrigues de Andrade, a Quinta do Anjo ou Aldeia do Pinheiro não é incluída, mas já se pode ler sobre o Pinhal Novo

(ANDRADE, 1878, p. 142) um lugar que em 1816 ainda não existia mas que crescerá graças à construção de uma das primeiras linhas de caminho de ferro do país. Verificar-se-á esta tendência da aldeia ser confundida com Palmela até meados do séc. XX, quando ao tornar-se num polo industrial, ganha finalmente visibilidade nacional.

5. Os testamentos dos morgados

No testamento de Manuel Coelho de Melo, assinado a 23 de maio de 1629, surge a primeira referência aos Bacelos, ou melhor, à vinha de bacelos³ que mandou plantar na Quinta do Anjo. Bacelos é a zona da aldeia mais antiga e que corresponde mais ou menos à Aldeia de Cima, a zona mais próximo do solar da quinta. No mesmo testamento, Manuel Coelho enumera as obras que fez no morgado e no casal da Casa Branca, onde mandou construir uma casa e plantou um pomar, cujo rendimento deixou às filhas, freiras: 5 mil reis anuais para cada uma, para o resto das suas vidas, para comprar chapins – sapatos de salto alto, com sola de cortiça, usados pelas senhoras da classe alta (FORTUNA, 2005).

De uma forma geral, denota-se solidariedade entre os membros da

família, mas no séc. XVII surge uma disputa entre os irmãos Violante de Melo e Manuel Coelho de Melo (3.º morgado), filhos de Pedro Coelho Cardoso. Quando Pedro Coelho Cardoso casou a sua filha Violante com Francisco Faria Coelho (A.G. 2 e 3) prometeu-lhe um dote de 5500 cruzados que incluía uma marinha próximo de Alcácer do Sal e uma horta perto de Palmela. Após a morte de Pedro Cardoso (2º morgado), o seu filho e herdeiro do morgado contestou esta decisão e retirou ao casal a horta em Palmela, alegando que faziam parte do morgado. Em 1664 a disputa acabou nos tribunais e foi ordenado o embargo dos rendimentos do 4º morgado, Francisco Coelho de Melo.

6. O fim da dinastia dos Coelho de Palmela

Luísa Madalena de Melo ou Luísa de Melo Coelho (A.G. 4), por ser filha única herdou o morgado e, por não ter tido descendência, terminou com ela a dinastia dos Coelho no morgadio. Consciente da sua responsabilidade, o seu testamento foi sendo reescrito ao longo 5 anos, sendo a última alteração ditada já com D. Luísa *deitada doente de doença*, na véspera da sua morte (*Fundo Fortuna*).

³ Bacelo é a parte da planta, caule e raiz que dará origem a uma videira.

No seu testamento refere umas casas que fez para guardar a *liteira e outras cousas necessárias*, a adega de água pé e o curral para *as ovelhas e os carneiros que são muitos* (imagem 8).

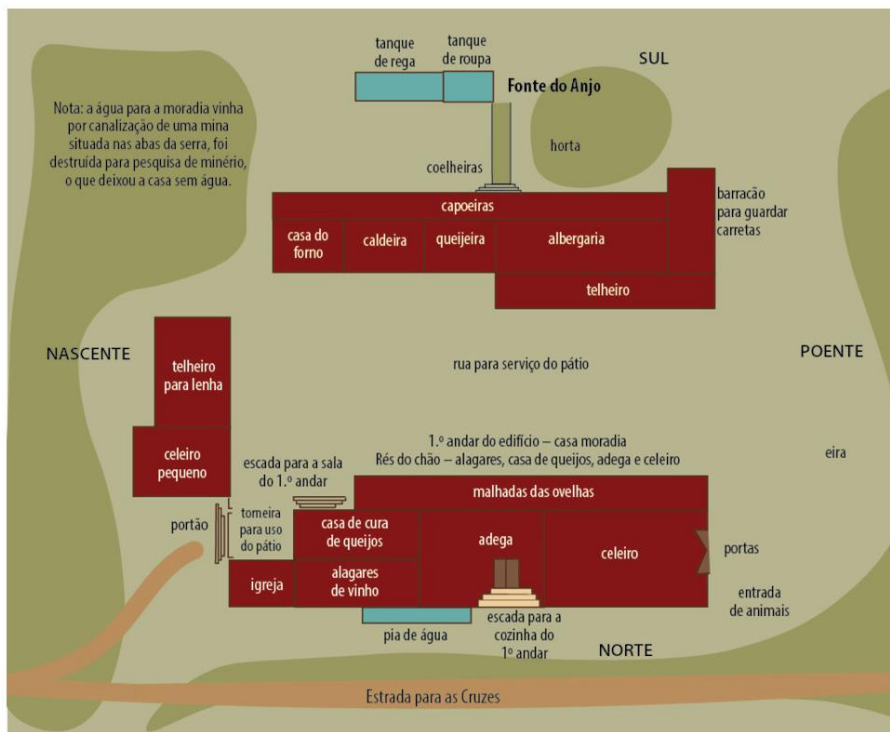


Imagem 8 Reprodução de uma planta do núcleo habitacional da quinta da Fonte do Anjo. A data e o autor são desconhecidos. Alguns elementos são referidos no testamento de D. Luísa Madalena de Melo, a 5ª morgada. Fundo Fortuna. Dossier Casa de Palmela

Na primeira versão, redigida em 1697, D. Luísa decide fazer do seu “sobrinho” António de Brito de Melo (A.G. 8), filho de João de Brito e Melo e de Maria Cecília do Carvalhal, o seu herdeiro universal.

Obviamente que D. Luísa não tinha sobrinhos, mas no seu testamento percebe-se que considera como seus sobrinhos os filhos dos seus primos. Declara ainda que os objetos mais valiosos que possui devem ser vinculados ao morgado. Pratos, bandejas, talheres, castiçais, jarros, garfos e facas de trinchar, uma bacia de barbear e uma bacia de pés, tudo em prata, devem ser vendidos e o lucro aplicado na manutenção do morgado.

A 30 de agosto de 1702, dita o seguinte codicilo – confirma que António de Brito será o seu herdeiro universal mas só na condição de não conviver com o seu irmão Bento António nem com sua mulher *nem couza sua se misture (...)* em tal caso o hei por dezherdado de tudo o que lhe deixo (*Fundo Fortuna*). Caso isto se verifique, o morgado deverá passar para o seu primo Francisco de Sousa. Conclui que António de Brito e Melo *he ainda muito menino e não lhe acho talento para se poder governar*. Deixa-o entregue a um tutor e dá-lhe os rendimentos das fazendas *para o ornato de sua caza e pessoa*.

No testamento determinava ainda que: a Manuel Rodrigues seu criado, a quem deu alforria para poder casar com Ana da Costa entrega 70 mil reis, uma cama, 2 colchões e roupa de cama. Ao seu escudeiro João Pereira dá 20 mil reis, a cama onde costuma dormir, seis cadeiras

de moscóvia e um baú e à sua escrava Brites, 20 mil reis, um colchão, roupa de cama e *deixo a dita Brites livre e forra para ela poder fazer de si o que quiser.*

7. Os Sousas do Calhariz

Francisco de Sousa, filho de Leonor de Melo Coelho e de António de Sousa, capitão da Guarda Real, será pois o 6º morgado da quinta da Fonte do Anjo. Com ele dá-se a união de quatro morgadios: a quinta da Fonte do Anjo e Olivais herdados pelo lado materno e o do Calhariz e Monfalim pelo lado paterno. A quinta do Calhariz passa a ser a quinta Nova, enquanto que a quinta Velha será a Fonte do Anjo (RASTEIRO, 1897). Com a dinastia dos *Sousas do Calhariz* o morgado da Fonte do Anjo deve ter sido entregue à gestão de feitores, perdendo relevância e investimento.

Os Sousas tinham o seu “quartel general” no palácio do Calhariz, situado na Arrábida, entre Sesimbra e Azeitão, e servia de refúgio, local de reunião de amigos e até de prisão domiciliária durante os tempos da fúria do Marquês de Pombal, após o atentado de D. José.

Durante esse período negro, Manuel de Sousa (1703-1759) e seus filhos Filipe (1736-1778) e Frederico (1737-1790), respetivamente 9º, 10º e 11º morgados são presos por alegado envolvimento no atentado

ao rei. O pai morre na prisão e os filhos passam mais de 18 anos presos, primeiro no forte do Outão e depois no castelo de S. Filipe em Setúbal. A viúva, a princesa Leopoldina de Holstein Beck e os filhos Augusto e Alexandre mudam-se para Turim, Itália, logo que conseguem a autorização de Pombal para sair do país e tomar posse de uma herança de um tio materno – o condado de Sanfré.

Alexandre de Sousa e Holstein (Lisboa, 1751-Roma, 1803), o mais novo dos seis irmãos acaba por se tornar no 12.º morgado após a morte de todos os outros e casa-se com Isabel Juliana Paim (Lisboa 1753-Genève, 1793) uma herdeira rica que ficou conhecida como a “Bichinho de Conta” depois de ter sido obrigada a casar com um dos filhos do Marquês de Pombal. Como ao fim de três anos o casamento não foi consumado, o Marquês viu-se obrigado a anular o casamento para evitar o vexame causado pela jovem nora.

Ainda durante a administração do 10º morgado, logo no início do reinado de D. Maria I e após ter saído da prisão, Filipe João de Sousa pede, por intermédio de um representante que o morgado da quinta do Anjo se torne numa propriedade coimeira, isto é que o gado não pertencente à quinta fosse proibido de entrar nos seus limites. Na quinta que se compõem *de terras de pam, vinhas e olivais,*

costumavão fazer graves danos os gados especialmente os porcos que criavão todos os vezinhos do mesmo citio, e que traziam a pasto sem guarda nem cuidados, não sendo bastantes todas as cautelas (...) usadas pelos seus feitores e criados para impedir os prejuízos causados. O documento assinado com a data de 5 de dezembro de 1777 pede uma multa para quem desobedecer. (FORTUNA, 2005, p. 244).

Após a morte de Alexandre de Sousa Holstein (Lisboa, 1751-Roma, 1803), o seu filho Pedro de Sousa Holstein (Turin, 1781-Lisboa, 1850), 13º morgado, torna-se diplomata tal como o pai. Embora passe grande parte do seu tempo fora do país, sempre que vem a Portugal visita a quinta do Calhariz. Nas cartas que escreve à mulher conta que dá longos passeios a cavalo pelas propriedades em redor. Numa delas enviada a 25 de maio de 1840, comenta: *Escrevo-te ao momento de montar a cavalo para ir ao Esteval. De caminho contamos lanchar em casa do Fonseca, visitar a Condessa de Murça e ver a Quinta Nova. Amanhã iremos a Setúbal. O passeio da Arrábida foi lindíssimo (...), viemos por meio de bosque. (...) Ao chegar a El Carmen tivemos*

*o golpe de teatro de um rendez-vous de todos os gados de Calhariz, vacas, cabras, porcos, éguas, bois de carretas.*⁴

Dada a relativa proximidade entre o Calhariz e a Fonte do Anjo, é de crer que num desses passeios visite também a Quinta do Anjo.

Marques da Costa, o geólogo responsável pela primeira escavação grutas da necrópole do Casal do Pardo, próximo da quinta da Fonte do Anjo, refere ter encontrado alguns artefactos retirados das grutas numa prateleira no museu de geologia em Lisboa. Nessas peças uma etiqueta informa que foram oferecidas pelo Duque de Palmela. Não especifica se foram dadas pelo 1º ou 2º Duque, mas sabe-se que Pedro Holstein tinha ganho interesse pela arqueologia desde o seus tempos passados em Roma, onde acompanhava o pai em explorações pelas ruínas romanas. Já no fim da sua carreira será um dos fundadores da Sociedade Arqueológica Lusitânia, a primeira do género em Portugal, destinado a explorar as ruínas de Tróia. (MARTINS, 2014, p. 207). Caso se confirme que tenha sido o 1º Duque a identificar o valor dos achados, esse facto coloca a descoberta dos hipogeus anterior a 1850, ano da morte de Pedro de Sousa Holstein.

⁴ Cf. Correspondência particular, Torre do Tombo, ACP, Microfilme

5804, Caixa 236, fol. 1232

8. A disputa pela água

A 25 de abril de 1739 nos Paços do Concelho em Palmela, foi assinada uma ata, sob a orientação do juiz de fora António da Costa Freire, com o padre João Simões Ribeiro em representação de Manuel de Sousa, o 9.º morgado, ausente em missão diplomática, na qual se estabeleciam as diretivas para a utilização da água partilhada pela quinta e pela população. Foi determinado que: *hera o dito Dom Manuel de Sousa obrigado a repor a fonte da contenda no seu Antigo estado formando-lhe um tanque. O antigo tanque era muito pequeno para o serviço da muita gente que hoje tem a Aldea nova e o tanque pode ser maior para comunidade dos moradores daquelle citio e vivenda de seus gados recolhendo se as muitas agoas que do tanque pequeno superabundavão e se perdião.*

Na mesma ata o morgado permite a utilização de dois tanques existentes junto à parede da quinta, *ficando o primeiro tanque servindo para beberem as bestas e mais gado e o segundo para se lavarem as roupas e trazendo à bica encanada todas as agoas da dita*

fonte pela parte extrior do muro da sua mesma quinta no que recebia o povo mayor comodidade por se ficar a ditta fonte e tanques mais vizinhos e Livres das Grandes Lamas que delles athé donde corre hoje a bica, se costumam formar de Inverno⁵.

No final da ata, fica determinado que a obra terá de ficar concluída até dia 8 de setembro desse mesmo ano e que a câmara *vizitará sempre esta e mandará à custa dos moradores da Aldeia, limpar os tanques, e condenmar os transgressores que arruinarem a dita fonte.* (FORTUNA, 2005, p. 235).

Este documento é um bom testemunho da aparente cordialidade que se vivia entre o morgado e a população e, curiosamente, a povoação é referida como Aldeia Nova.

9. O Duque de Palmela e a Quinta do Anjo

Foi sem dúvida a “Quinta Velha” que serviu de mote para o título de Conde de Palmela atribuído a Pedro de Sousa Holstein, por D. Maria I a 11 de abril de 1812 como recompensa pelo seu trabalho diplomático e de intérprete junto das tropas inglesas que combateram os franceses durante a primeira invasão. A 3 de julho de 1823, D. João

⁵ Este fenómeno ainda hoje se verifica em épocas de muita chuva, ficando

toda a encosta da serra enlameada.

VI, atribuiu-lhe o título de Marquês de Palmela, como recompensa dos esforços diplomáticos durante o período em que a família real se encontrava no Brasil.

Dez anos mais tarde, antes do desembarque no Porto, D. Pedro IV dá-lhe o título de Duque do Faial por ter conseguido juntar tropas e financiamento para criar um exército liberal nos Açores. Pedro Holstein agradeceu a honra, mas pediu para continuar a ser Palmela, desta vez Duque de Palmela e o título Faial passou para a sua descendência.

Todos estes títulos eram honoríficos, sem qualquer direito sobre a gestão dos territórios e “títulos em vida”, isto é, não transmissíveis aos descendentes. Só após a morte de Pedro Holstein, é que o título passou a ser hereditário.

Em resumo, apesar do título nobre, a verdadeira “dona” de Palmela era a Ordem Militar de Santiago, a Casa de Palmela apenas tinha uma moradia em Palmela, junto ao pelourinho, onde hoje ainda se pode ver o brasão de armas. A verdadeira ligação a Palmela provém do morgado de Quinta do Anjo e o título foi uma forma de reconhecimento do trabalho diplomático e político de Pedro de Sousa Holstein durante a turbulenta primeira metade do séc. XIX.

É certo que se tornou num importante político, mas o seu interesse pela política era equivalente às suas capacidades militares – segundo a sua esposa Eugénia Teles da Gama, a política interessava-o menos do que ver uma beterraba a crescer no seu quintal da casa de Borba, onde passaram dois anos no exílio forçado, após ter acompanhado D. João VI no regresso a Portugal.

No final das lutas liberais, os cofres do Duque estavam vazios. Apesar do património imobiliário da família ser considerável, o facto serem morgados impedia a sua venda e por muito tempo a família viveu dos rendimentos do condado de Sanfré. A última missão da vida de Pedro Holstein foi garantir que o seu primogénito Domingos, casasse com a herdeira da maior fortuna do país, Maria Luísa de Noronha.

10. Explorações arqueológicas

A necrópole neolítica do Casal do Pardo descoberta em 1866, constituída por quatro hipogeus, despertou o interesse de Carlos Ribeiro, considerado o pai da arqueologia nacional. Durante a Exposição Antropológica de Paris, em 1878, Carlos Ribeiro mostrou algumas peças encontradas nas grutas e despertou o interesse de especialistas internacionais. Ainda no séc. XIX, foram vários geólogos e arqueólogos europeus que se deslocaram à Quinta do Anjo

para visitar o local. A aldeia ficava assim inscrita nos locais de interesse do distrito de Setúbal e a revista *Arqueólogo Português* dedicou-lhe vários artigos.

Em 1897, Joaquim Rasteiro (RASTEIRO, 1897, p. 12) visitou a quinta e descreveu-a da seguinte forma:

Na quinta Velha, da casa Palmella, sobre o portão da casa há um brasão dos Coelhos. O escudo pende diagonalmente como que de duas correias, que saem de um elmo, que está de frente: no centro um leão; no canto esquerdo superior uma estrella de cinco raios; na orla cinco coelhos. Esta casa era o solar do morgado, fundado por Pedro Coelho, secretario do mestre D. Jorge e por sua mulher Margarida Cotta e que foi dos Sousas Calharizes pelo casamento de D. Leonor de Melo Coelho com D. Antonio de Sousa.(...)

Na capela da Quinta do Anjo, e que hoje pertence à casa dos Duques de Palmela, ha uma campa em que se lê: N'esta capella se mandou depositar o padre Jacintho de Mello descendente dos senhores d'este morgado da Fonte do Anjo para ser trasladado para a capella maior do convento dos padres agostinhos, a que deixa dado principio na villa de Setubal, tanto que capaz de se poder fazer esta trasladação.

Essa promessa nunca foi cumprida e o convento referido é conhecido

pelo convento dos Grilos.

Nos primeiros anos de 1900, Marques da Costa antes de iniciar as escavações, visita a aldeia e publica um artigo sobre a visita (COSTA, 1905, p. 211):

Seguindo a estrada a macadam de Palmella para Azeitão, (...) encontra-se a povoação da Quinta do Anjo, formada por tres grupos de casaes que se estendem pela encosta setentrional da serra. O grupo de casaes mais ao sul fica em uma pequena colina muito alongada ou cerro de calcareo mioceno, paralelo ás serras do Louro e Torres Altas, e tem o nome de Aldeia de Cima de que faz parte o casal do Pardo, o mais oriental da aldeia. Esta povoação tem seu nome derivado da Quinta e Fonte do Anjo (...). A dita fonte é resguardada por uma rotunda dentro da qual se vê a estatua marmorea de um anjo, que, segundo uma inscripção lapidar em latim embutida na parede do fundo da rotunda, «foi dado para guarda d'esta fonte, que os antigos denominaram do anjo para que não tenham perigo os que beberem das suas aguas» a inscripção tem a data de 1568.

11. O fim dos morgados

Em 1863, por serem considerados um entrave ao desenvolvimento económico do país, todos os morgados foram extintos menos o da Casa de Bragança, por pertencer à Coroa. A partir dessa data, passou a ser possível vender essas propriedades e a quinta da Fonte do Anjo foi sendo retalhada pelos agricultores locais que já arrendava alguns desses campos.

Segundo a tradição oral, certo dia Manuel Isidoro de Matos foi à quinta negociar a compra de um terreno, o Casal do Justo, situado na serra do Louro. O preço foi declarado, Manuel Isidoro pagou e o negócio foi fechado. Alguns dias mais tarde, em conversa com outros companheiros, percebeu que tinha pago um preço muito elevado e voltou à quinta para reclamar, mas o antigo proprietário disse:

– *Olhe, o dinheiro já não o tenho, se quiser, fique com mais terra.*

O Manuel pensou um pouco e respondeu:

– *Mais terra para trabalhar? Isso não quero!*

E o assunto ficou encerrado.

Segundo a obra *Palmela Histórico-Artística* (SERRÃO, 2007, p. 377) o morgadio passou sucessivamente pelos seguintes donos: o cônego Cunha d'Eça, depois a filha do 2º duque de Palmela, Luísa Maria de

Sousa Holstein (Paris, 1845-Lisboa, 1864) que após a sua morte prematura deixou ao seu marido o 9.º conde da Ribeira Grande (Lisboa, 1843-Lisboa, 1907), que por sua vez deixou à sua filha, Maria José Gonçalves Zarco da Câmara (Lisboa, 1873-Lisboa, 1950) e por fim seria Maria de Lurdes da Câmara Viterbo (Lisboa, 1906-?) a herdar a quinta.

No entanto, as cópias das escrituras de arrendamento compiladas por António Fortuna demonstram que a quinta era arrendada pelo Duque de Palmela, através de um procurador, por períodos de quatro anos ao fazendeiro Manuel Simões (Lavrado, Barreiro, ?-Quinta do Anjo, 21.8.1891), desde pelo menos 1880. Em 1896 a viúva, Ana Joaquina e o seu filho Faustino Alves Simões renovaram o contrato por mais quatro anos que incluía *casas de habitação, oficinas de lavoura e dois moinhos situados na serra da mesma quinta* no valor de 220mil reis anuais. As restantes parcelas da propriedade já estavam aforadas a outros pequenos agricultores. Uma das alíneas do contrato estipula que a rendatária tinha a obrigação de manter limpa e em *bom estado a ermida facilitando ao povo o poder de servir-se d'ella*. Esta família viveu na quinta pelo menos durante vinte anos e os seus descendentes continuaram a viver na Quinta do Anjo.

Em 1909 o fotógrafo, natural de Lisboa, José Artur Bárcia captou em fotografia várias cenas do dia a dia da quinta da Fonte do Anjo, incluindo um baile no pátio (imagens 5 e 6).



Imagem 5 Baile no pátio da quinta em dia de arraial. Foto: José Bárcia, 1909

12. O “Morgado” da SAPEC

A 19 de julho de 1934 todo o património imobiliário dos Duques de Palmela na Quinta do Anjo foi vendido à Societé Anonyme Produits et Engrais Chimiques du Portugal (SAPEC) por Helena Maria de

Sousa e Holstein (Lisboa, 1864-?, c. 1941) 4.^a Duquesa de Palmela, e seus herdeiros.

Esta empresa que se instalara no Alentejo para exploração das minas de pirite em Grândola, construiu também uma fábrica para a produção de adubos e pesticidas em Setúbal. Antoine Velge, sócio fundador da empresa e sua esposa Cristina Velge Orijo, procuravam fixar-se perto de Setúbal e, depois de comprar a Quinta de Aires em 1826, uma casa conventual do séc. XVIII para residência permanente, compraram a Fonte do Anjo para casa de férias e para a criação de cavalos. Sendo ele de origem belga e ela de origem espanhola, descendente de famílias nobres espanholas, a quinta passou a ser chamada de quinta dos franceses e frequentada, discretamente, pela família real espanhola.

Com os novos donos, o solar manteve o ar rústico mas os pomares e campos agrícolas em volta foram usados para testar os produtos fabricados pela empresa. Quem hoje tem mais de 60 anos recorda-se de, em criança, correr atrás dos pequenos aviões que sobrevoavam, a baixa altitude, pulverizando as plantações, ignorando o perigo da brincadeira.

Dez dias antes da revolução de 25 de abril de 1974, faleceu Antoine

Velge e os negócios passaram para os seus filhos. Se antes já tinham sido generosos com a freguesia na cedência de terrenos para a construção do cemitério, escolas e campo de futebol, com o fim do antigo regime e como forma de apaziguar os ânimos revolucionários, quando um grupo de moradores de Quinta do Anjo se juntou para fundar a Cooperativa de Habitação, a SAPEC ofereceu o terreno para a construção do bairro. Algumas décadas mais tarde, seria a empresa também a apostar no desenvolvimento imobiliário na zona e surgiram os bairros Portais da Arrábida, Palmela Village e as Colinas da Arrábida.

Conclusões

É impossível contar a história da aldeia de Quinta do Anjo sem incluir a quinta da Fonte do Anjo. A fonte do Anjo é o berço simbólico de ambas e une estes dois pólos tantas vezes em campos opostos: os nobres e o povo, os ricos e o pobres. É interessante salientar que seria a fonte a dar o nome definitivo à povoação, que durante tantos séculos foi apenas a Aldeia. E imagino que, quando perguntavam, mas Aldeia de quê, alguém acrescentava um nome à pressa, mas esse nome era rapidamente abandonado porque não refletia a identidade desse povo que acreditava ter um anjo a proteger as suas águas para que ninguém fosse envenenado.

Notas finais

Hoje a quinta permanece habitada pelos descendentes da família Velge (imagem 3) e embora seja privada, todos os anos, abrem os portões para que a população possa visitar a antiga capela durante as Festas de Todos os Santos, a festa da aldeia que celebra o facto de ninguém ter morrido vítima do terramoto de 1755.



Imagem 3 Aspeto atual da quinta. Em primeiro plano à esquerda, o telhado da Casa de Fresco da Fonte do Anjo. Foto do autor, março 2020.

Referências Bibliográficas

- CARDOSO, Luís, *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas...* Lisboa : na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751. <https://purl.pt/13938>.
- COSTA, João (2016) *Palmela: o espaço e as gentes (séculos XII-XVI)*. Tese de Doutoramento em História. www.academia.edu/27111160/.
- COSTA, Marques da (1905) *Estações prehistoricas dos arredores de Setúbal* in “O Arqueólogo Português”, série 1, volume 12, p.211, http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/o_arqueologo_portugues_1_serie.
- FORTUNA, A. Matos (2005) *Quinta do Anjo, Terra Singular*. Ed. Câmara Municipal de Palmela.
- Fundo Fortuna, dossiê Quinta da Fonte do Anjo, Biblioteca Municipal de Palmela.
- LEITE, Pedro Pereira, (2013) *Frédéric Velge (1926-2002) Fotobiografia*. Marca d'Água, e Museu Mineiro do Louzal.
- MARQUES, Luís (2005) *Tradições Religiosas entre o Tejo e o Sado*, Assírio & Alvim.
- MARTINS, Ana Cristina (2014) *A Sociedade Archeologica Luzitana no contexto da arqueologia de oitocentos*, in Setúbal Arqueológica, Vol. 15.
- RASTEIRO, Joaquim (1897) *Notícias archeologicas da Peninsula da Arrábida*, in “O Arqueólogo Português”, vol III, jan-fev. http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/o_arqueologo_portugues_1_serie.
- SERRÃO, Vitor; Meco, José, *Palmela Histórico-Artística: um inventário do património artístico concelhio*, Lisboa/Palmela, 2007.

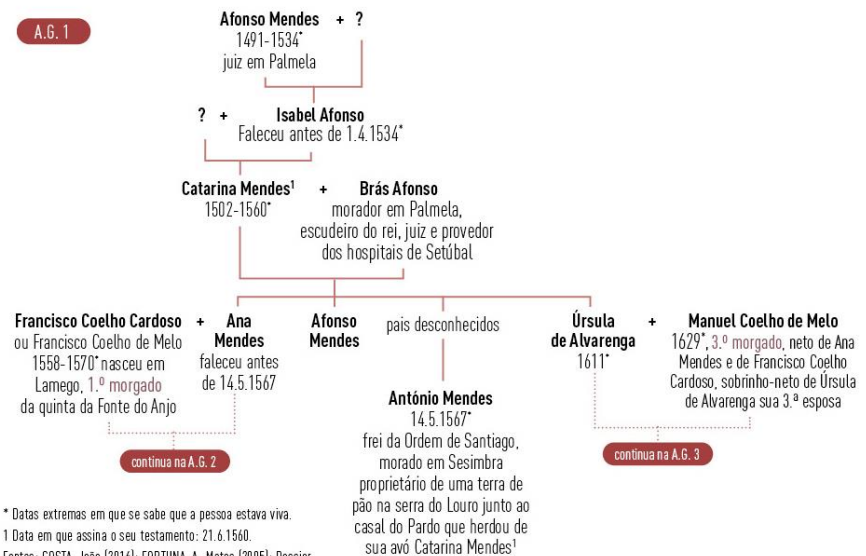
Registos Paroquiais de S. Pedro, Palmela. <https://digitarq.adstb.arquivos.pt/>

Nota biográfica

Cecília Matos é licenciada em Arquitetura de Interiores, natural de Quinta do Anjo, trabalha em design multimédia desde 1998. Entre 2000 e 2012 colaborou com a Biblioteca Nacional e, desde 2004, como *freelancer*, trabalha com Centro Nacional de Cultura, o Governo Regional dos Açores e o Museu de Angra do Heroísmo, entre outros. Em 2011 iniciou o projeto da *Árvore Genealógica de Quinta do Anjo* e, desde então, recolhe elementos para a história local. Em 2020 lançou o livro *E Assim Se Fez Esta Terra*.

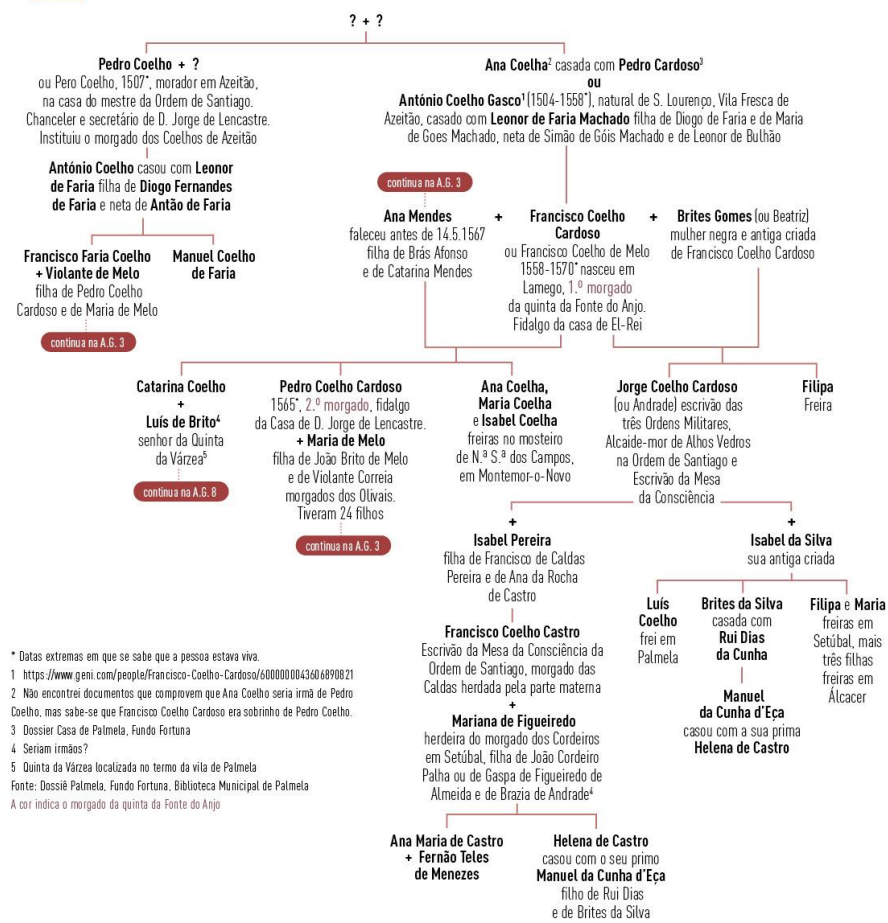
ANEXOS

A.G. 1



* Datas extremas em que se sabe que a pessoa estava viva.
1 Data em que assina o seu testamento: 21.6.1560.
Fontes: COSTA, João (2016); FORTUNA, A. Matos (2005); Dossier Casa de Palmela, Fundo Fortuna.
A cor indica o morgado da quinta da Fonte do Anjo

A.G. 2

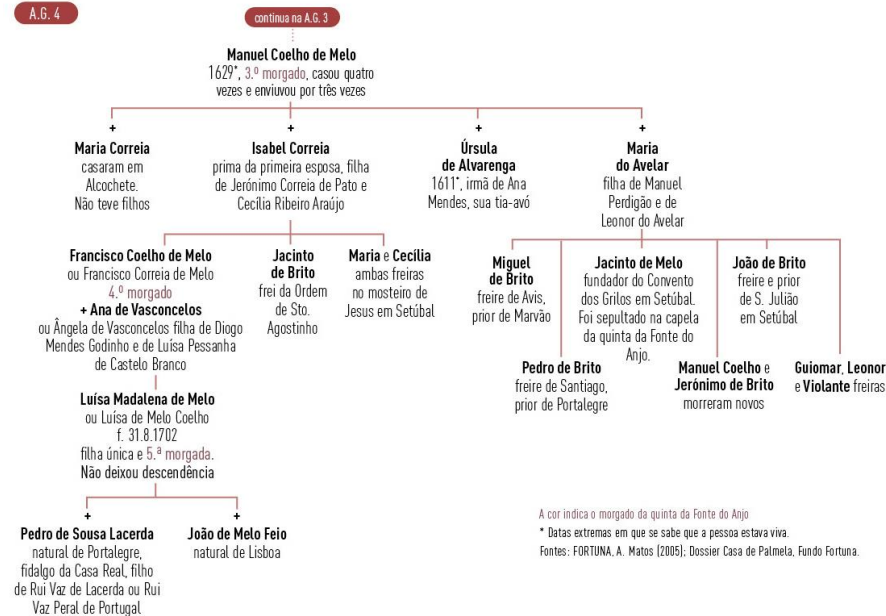


* Datas extremas em que se sabe que a pessoa estava viva.
1 https://www.geni.com/people/Francisco-Coelho-Cardoso/6000000043604890621
2 Não encontrei documentos que comprovem que Ana Coelha seria irmã de Pedro Coelho, mas sabe-se que Francisco Coelho Cardoso era sobrinho de Pedro Coelho.
3 Dossier Casa de Palmela, Fundo Fortuna
4 Seriam irmãos?
5 Quinta da Várzea localizada no termo da vila de Palmela
Fonte: Dossier Palmela, Fundo Fortuna, Biblioteca Municipal de Palmela
A cor indica o morgado da quinta da Fonte do Anjo

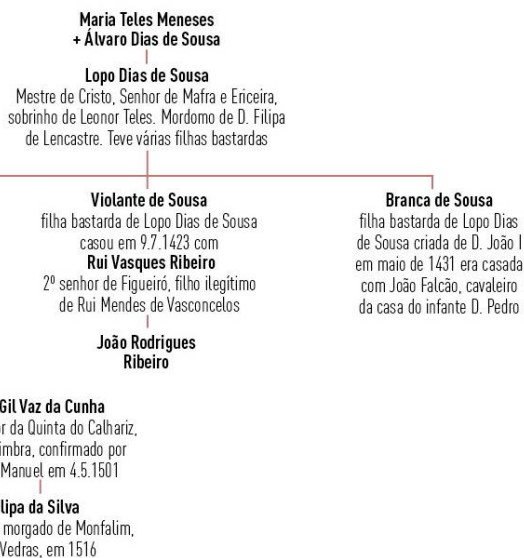
A.G. 3



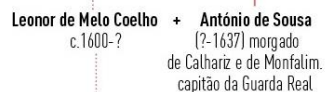
A.G. 4



A.G. 5



continua na A.G. 4

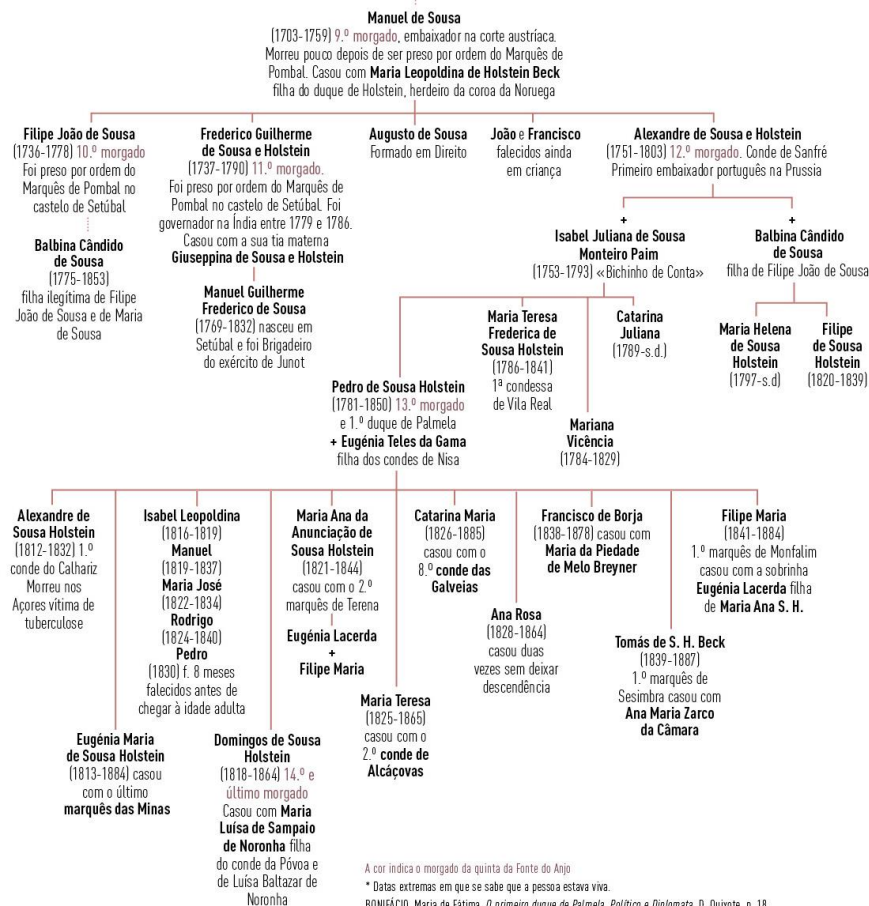


continua na A.G. 9

Fontes: Árvore genealógica da família Coelho Cardoso <https://www.geni.com>. MACHUQUEIRO, Pedro Urbano da Gama, *A Casa Palmela e o desafio Liberal: Estratégias de afirmação*, tese de mestrado 2005. Brasões da Sala de Sintra I, Freire, Anselmo Braamcamp, 1921. Imprensa da Universidade de Coimbra.

A.G. 6

continua na A.G. 5



continua na A.G. 7

A cor indica o morgado da quinta da Fonte do Anjo
* Datas extremas em que se sabe que a pessoa estava viva.
BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *O primeiro duque de Palmela. Político e Diplomata*, D. Quivete, p. 18
MACHUQUEIRO, Pedro Urbano da Gama, *A Casa Palmela e o desafio Liberal: Estratégias de afirmação*, tese de mestrado 2005. Brasões da Sala de Sintra I, Freire, Anselmo Braamcamp, 1921. Imprensa da Universidade de Coimbra.
Fontes: Árvore genealógica da família Coelho Cardoso <https://www.geni.com>.

A.G. 7

continua na A.G. 6

Domingos de Sousa Holstein
(1818-1864) 14.º e último morgado
+ **Maria Luísa de Sampaio**
de Noronha filha do conde da Póvoa
e de Luísa Baltazar de Noronha

Maria Luísa de Sousa Holstein
(1841-1909) 3.ª Duquesa
de Palmela e 3.ª condessa
de Calhariz. Casou com **António de Sampaio e Pina de Brederode**

Eugénia Luísa de Sousa Holstein

Luísa Maria de Sousa Holstein

+ **9.º Conde da Ribeira Grande**
Maria José Zarco da Câmara
Maria de Lurdes da Câmara Viterbo

Helena Maria de Sousa Holstein
(1864-1941) 4.ª duquesa de Palmela e do Faial
+ **Luís Coutinho Câmara**

Pedro Maria Luis Eugénio de Sousa Holstein

Domingos Sousa Holstein Beck
+ **Maria do Carmo Pinheiro de Melo**

António Maria Sousa Holstein Beck
+ **Maria da Assunção de Sá Paes do Amaral**

Maria José de Sousa Holstein Beck
+ **Duarte Bernardo Baltazar Manuel**

Maria Luísa de Sousa e Holstein Beck
+ **António José Correia de Sá**

Ana Maria de Sousa Holstein Beck
+ **Joaquim Tomás C. B. Baltazar Manuel**

Maria Rita de Sousa Holstein Beck¹

A cor indica o morgado da quinta da Fonte do Anjo

¹ Maria Rita não é mencionada na escritura de venda da quinta da Fonte do Anjo

MACHUQUEIRO, Pedro Urbano da Gama, *A Casa Palmela e o desafio Liberal: Estratégias de afirmação*, tese de mestrado 2005.

Dossier Casa de Palmela, Fundo Fortuna, Biblioteca Municipal de Palmela.

Fontes: Árvore genealógica da família Coelho Cardoso <https://www.geni.com>.

AG. 8

João Brito de Melo + Violante Correia
(c.1500-?) (morgados dos Olivais?)

continua na A.G. 2

Pedro Coelho Cardoso
1565², 2.º morgado, fidalgo da Casa de D. Jorge de Lencastre. Tiveram 24 filhos

+ **Maria de Melo**¹
outra fonte indica que seria filha de João de Brito de Melo e de Catarina Coelho, sua mãe e cunhada(?)

continua na A.G. 2

Luís Brito de Melo + Catarina Coelho
senhor da Quinta da Várzea⁴

continua na A.G. 3

João de Brito de Melo
(25.12.1641³) dono da quinta da Várzea e da vinha dos Cantos²
+ **Isabel Barros Coelho**

André de Brito de Melo
padre.

Lourenço de Brito de Melo
faleceu antes de 1641
+ ?

Francisco de Brito de Melo

? + **Cristóvão de Lemos**
(cunhado de João de Brito de Melo) Faleceu antes de 1641

Luis de Brito de Melo
8.3.1649³

Francisco de Brito de Melo

João de Brito de Melo
natural de Palmela,
+ **Maria Cecília de Carvalhal**

Catarina de Melo
casou contra a vontade paterna e foi deserdada. Recebeu de seu tio André de Brito de Melo um terreno no Juncal, Barris⁵

Violante filha

Luis de Brito de Melo + ?
vive na Índia, em Cochim

Maria de Melo + ?
vive na Índia, em Goa

Bento António
+ ?

António de Brito e Melo⁶
c.1650-?
natural de Setúbal
+ **Mariana Inácia Lobo da Silveira**

A cor indica o morgado da quinta da Fonte do Anjo

* Datas extremas em que se sabe que a pessoa estava viva.

1 Seriam irmãos?

2 Data em que iniciou a redação do testamento. Terminou o testamento a 1.8.1643

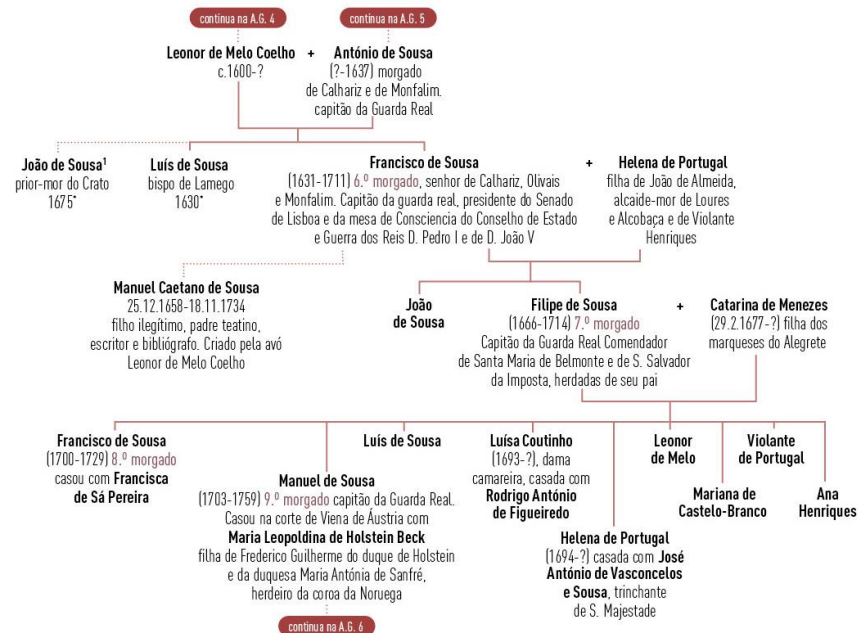
3 Data em que Luís de Brito abriu o testamento de seu pai

4 Onde é hoje a zona do Casal dos Cantos à entrada da Quinta do Anjo do lado de Palmela

5 Fortuna 2005, p.192. Na alteração ao testamento datado de 4.9.1645, Catarina é perdoadada e incluída no testamento do pai tal como os irmãos.

6 <https://www.geni.com/people/Ant%C3%B3nio-de-Brito-e-Melo/6000000030089832497>

A.G. 9



A cor indica o morgado da quinta da Fonte do Anjo

* Datas extremas em que se sabe que a pessoa estava viva.

¹ Sabe-se que é tio de Manuel Caetano de Sousa, mas será irmão de Francisco de Sousa?

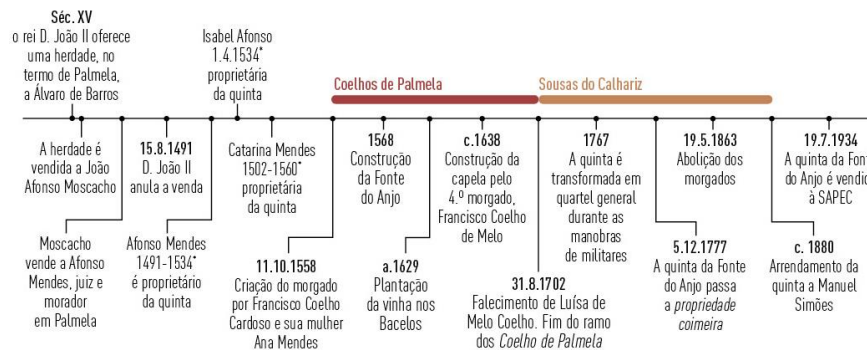
Fontes: Árvore genealógica da família Coelho Cardoso <https://www.geni.com>.

MACHUQUEIRO, Pedro Urbano da Gama, *A Casa Palmela e o desafio Liberal: Estratégias de afirmação*, tese de mestrado 2005.

Brasões da Sala de Sintra I, Freire, Anselmo Braamcamp, 1921, Imprensa da Universidade de Coimbra.

FREITAS, Gregório, *Memórias das Famílias de Setúbal e de algumas outras que pertencem à mesma Vila por contrairem alianças com pessoas naturais desta vila*, 1750. Fundo Fortuna, Biblioteca Municipal de Palmela.

Cronologia da Quinta da Fonte do Anjo



Notas: a.: anterior a.; c.: cerca de, ou aproximadamente; d.: depois de. * Datas extremas em que se sabe que a pessoa estava viva.